

## IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS INCLUSIVAS: ENSINO SUPERIOR BILÍNGUE PARA SURDOS

Taynan Alécio da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** A pesquisa atual tem como tema uma política pública de inclusão de surdos no ensino superior: a definição de experiência. O objetivo geral foi estudar políticas comunitárias que contemplassem o processo de surdez integrada. Como objetivos específicos tem: articular a situação do surdo na sociedade moderna e suas necessidades, bem como políticas sociais e legislação que inclua a inclusão da educação de surdos em todas as esferas sociais, analisar oportunidades e limitações no que proporciona essas estruturas e falta de reconhecimento da língua de sinais como primeira língua e dificuldade no uso do português para surdos. Conclui-se, portanto, que o ensino bilíngue é um caminho possível para aprofundar essa situação. Com base em relatos de experiência audível e comprovada por acadêmicos surdos, professores e tradutores/tradutores profissionais de Libras/Língua Portuguesa, para ilustrar a transferência de métodos que envolvem o ensino de surdos para tornar o processo ensino-aprendizagem mais significativo. A razão pela qual a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino geral é hoje um guia fundamental para as políticas públicas de educação. O problema de pesquisa se concentra em perguntar como as políticas sociais do sistema de ensino superior atendem às necessidades educacionais dos alunos surdos. A abordagem baseou-se em duas fases, a primeira na realização de um projeto de pesquisa teórica, que contemplou os seguintes estudos sobre estudos culturais surdos, política comunitária de inclusão na educação.

**Palavras-Chave:** Políticas Inclusiva, Educação de Surdos, Bilíngue, Surdos

### IMPLICATIONS FOR INCLUSIVE POLICIES: BILINGUAL HIGHER EDUCATION FOR THE DEAF

**ABSTRACT:** The current research has as its theme a public policy for the inclusion of deaf people in higher education: the definition of experience. The overall objective was to study community policies that contemplate the process of integrated deafness. as specific objectives it has: to articulate the situation of the deaf in modern society and their needs, as well as social policies and legislation that include the inclusion of deaf education in all social spheres, to analyze opportunities and limitations in what these structures provide. lack of recognition of sign language as a first language and difficulty in using Portuguese for the deaf. It is concluded, therefore, that bilingual education is a possible way to deepen this situation. based on reports of audible and proven experience by deaf academics, teachers and professional Libras/Portuguese translators/translators, to illustrate the transfer of methods that involve teaching deaf people to make the teaching-learning process more meaningful. the reason why the inclusion of students with special needs in the general education system is today a fundamental guide for public education policies. the research problem focuses on asking how the social policies of the higher education system meet the educational needs of deaf students. The approach was based on two phases, the first on carrying out a theoretical research project, which included the following studies on deaf cultural studies, community policy for inclusion in education.

**Keywords:** Inclusive Policies, Deaf Education, Bilingual, Deaf

<sup>1</sup> Surdo. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí (UNESPAR). Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail para contato: nanalecio@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino geral passa a ser um norteador das políticas públicas de educação. portanto, a educação inclusiva começa a ser entendida, no âmbito didático-curricular, como aquela que proporciona ao aluno com necessidades educacionais especiais o mesmo acesso ao conhecimento que os demais alunos, ou seja, uma educação equitativa e de qualidade. Nesse sentido, a universidade, a partir de suas três disciplinas centrais, ensino, pesquisa e extensão, contribui significativamente para o desenvolvimento e implementação dos requisitos deste guia. a universidade pode exigir que ela participe da formação e treinamento de professores. e na produção de informações de pesquisa e projetos que validem e divulguem práticas educativas bem-sucedidas que atendam a esses critérios.

O grande desafio das universidades é produzir educadores que não sejam apenas ferramentas de transmissão de conhecimento, mas, sobretudo, uma nova atitude em relação à diversidade humana. Além disso, devem estar preparados para desenvolver estratégias pedagógicas e fazer os ajustes necessários, conforme definido por políticas públicas abrangentes.

Este estudo tem como foco as políticas públicas relacionadas à inclusão no ensino superior em geral, mas seu principal objetivo é incluir as populações surdas e as características específicas por elas apresentadas, bem como a análise das experiências de vida de todos os envolvidos no processo de integração (estudantes, educadores e tradutor/intérprete especializados).

Para iniciar esse tipo de pesquisa, é muito importante considerar que, atualmente, o preconceito ou a discriminação teórica não é mais socialmente aceitável e o reconhecimento da igualdade de direitos está sendo cada vez mais garantido, ao mesmo tempo o reconhecimento do direito à igualdade e o direito à diversidade.

Portanto, o princípio da inclusão passa a ser protegido como proposta de aplicação prática no campo da educação da organização internacional, chamada de inclusão social, que significa a criação de um sistema bilateral onde indivíduos e comunidades não desejam, coletivamente, alcançar. uma equipe de oportunidades para todas as pessoas, para construir uma sociedade democrática, na qual todos

ganhem sua nacionalidade, na qual a diversidade seja respeitada e haja aceitação política e reconhecimento da diversidade, isso é uma espécie com uma democracia.

É também um processo escolar democrático em que se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, onde os sistemas de ensino o tornam acessível ao resto do mundo, mas continuam a excluir indivíduos e grupos considerados além dos padrões unificadores desta escola. Portanto, trabalhadores marcados por possíveis elementos correm maior risco para a sociedade capitalista.

Analisar questões educacionais envolve necessariamente examinar a história do conflito de classes em conflito com suas necessidades sociais. No entanto, as políticas educacionais não levam isso em conta, principalmente quando tratam do direito à diversidade que pode ser garantido em uma sociedade economicamente desigual. É neste contexto que falamos do reconhecimento da diferença. Este estudo tem como objetivo compreender a política pública de reforma a partir da epistemologia dos estudos culturais.

No Brasil, esforços e pretextos individuais para educar pessoas com necessidades educacionais especiais já podem ser vistos no século XIX, e, seguindo a tendência da época, em residências e hospitais, portanto, sem sistema formal de ensino, o país, pouco a pouco será construído.

A inclusão da escola como política comunitária é um fenômeno recente. A partir da década de 1970, houve uma mudança no entendimento da responsabilidade da escola para com as pessoas com necessidades educacionais especiais. As escolas regulares passam a aceitar esse aluno nas mesmas turmas, ou em turmas especiais.

No entanto, a existência de uma lei que garanta direitos não garante que eles serão respeitados e cumpridos pelo restante da sociedade. Nesse sentido, os direitos humanos precisam ser reconhecidos e levados a sério por todos, o que significa uma importante mudança cultural, que leva ao reconhecimento político da diversidade funcional e cotidiana. Portanto, as pessoas precisam ser educadas nos valores que regem o nacionalismo. Esse tem sido o esforço da Secretaria Especial de Direitos Humanos no Brasil, com suas ações relacionadas à educação e à implementação de políticas de matrícula escolar.

Para atingir esses objetivos, é necessário superar o sistema de ensino tradicional. Este é um objetivo que devemos implementar rapidamente em

sala de aula. isso é muitas vezes visto como o consenso da democracia nos debates políticos brasileiros. reconhece-se que as escolas são “incubadoras do novo” e “desempenham um papel ímpar e importante na construção da população neste milênio emergente”. (Freire, 1978).

Neste momento é a escola que oferece educação de qualidade, capaz de educar as pessoas sobre os valores exigidos por uma sociedade justa e humana, aproximando os alunos uns dos outros, gerindo a disciplina como forma de melhor compreender o mundo e a diversidade, permitindo que famílias e comunidades trabalhem juntas para definir e implementar um projeto escolar, descreve o ensino de alta qualidade baseado em contextos de prática docente que significam "a formação de redes de conhecimento e relações presas em formas inesperadas de acesso à informação".

A luta pela inclusão dos surdos no ensino superior está vinculada à sua inserção no mercado de trabalho. Isso faz parte de uma sociedade global equitativa na qual a humanidade não apenas desfruta de direitos civis, como liberdade de expressão e crença, mas também desfruta de uma sensação de segurança ao viver com medo, disposição, com garantia de emprego e segurança pública para o bem-estar de todos. no presente fato. O reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana pode aumentar a independência de todos, inclusive a unidade e a justiça.

Compreender a inclusão de surdos no ensino superior por meio da análise de diversas práticas teóricas e políticas comunitárias que contemplam a formação desses alunos. O presente estudo é um estudo de como se deu o processo envolvendo todos os alunos surdos em nosso país, pois todas as instituições de ensino deveriam ter tomado medidas específicas para permitir o acesso dos alunos surdos à matrícula, ou seja, mediante prévia consideração.

Portanto, o objetivo da pesquisa é um fato onde acadêmicos surdos se encontrem no processo de ingresso no ensino superior, principalmente universitário. investigar o número de alunos surdos egressos da instituição em questão, bem como as estratégias utilizadas durante sua seleção e permanência no ensino superior.

Com o objetivo comum de estudar as políticas públicas relacionadas ao processo de matrícula de surdos nas universidades. são objetivos específicos, deve

caracterizar a situação do surdo na sociedade atual e suas necessidades, bem como as políticas públicas e legislações que implicam a inclusão do surdo em todos os domínios sociais, analisando as possibilidades e limites do que influencia a academia. formar essas pessoas, a partir de relatos de experiências sentidas e vividas por acadêmicos, professores e tradutores/intérpretes de Libras/Português: enfatizando diretrizes metodológicas envolvidas na educação de surdos para que o processo ensino-aprendizagem ocorra de forma significativa.

foram utilizados como instrumentos de pesquisa, entrevistas, sendo estas gravadas e realizadas na primeira língua desses surdos, ou seja, a língua de sinais, sendo estas estruturadas e aplicadas individualmente, contendo questões abertas, pois, de acordo com (Bleger, 1993).

Esse método de negociação oferece oportunidades para recomendar uma consulta gratuita e automática sobre a flexibilidade de alterar a ordem das perguntas de acordo com o andamento. Para os profissionais ouvintes (professores e intérpretes), os questionários são encaminhados para resposta, contendo questões referentes ao processo de inclusão, metodologias, estratégias, recursos utilizados e as dificuldades encontradas.

Isto, questões referentes a quem é o surdo e como sua história, cultura e conhecimento podem orientar as necessidades e lutas sociais para se encaixar:

1. Descrito como estudos culturais, analisando a relação entre poder e práticas culturais, de contextos sociais e políticos muito diferentes.
2. Quem é surdo: uma revisão de sua história O que é a Língua Brasileira de Sinais (Libra é a língua natural dos surdos): conquistas, organizações bilíngues e movimentos de surdos, para buscar a verdadeira inclusão social e educação; surdos a estudar, alfabetizar e educar bilíngue.
3. refere-se a programas de inclusão pública no Brasil, que visam democratizar a educação de qualidade
4. O sobre o ensino superior brasileiro e a inclusão neste campo da educação e a abordagem do pesquisador e a natureza das políticas inclusivas
5. Realização de pesquisa de campo, a partir de entrevistas com professores, tradutores/intérpretes e alunos surdos. Nesta seção, foram analisadas questões como acessibilidade para matrículas universitárias: seu crescimento acadêmico (dificuldades e recursos em termos de conteúdo de ensino), bem como relações surdas com profissionais relevantes e colegas de classe.

## OS DIRETOS DA PESSOA SURDA POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Examinaremos as políticas sociais para descobrir quais são os direitos da pessoa surda. Portanto, teremos uma fundamentação teórica a Constituição Federativa Brasileira do ano de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 20 de dezembro de 1996 e a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. A primeira lei que buscaremos averiguar é a Constituição Federativa Brasileira, promulgada no ano de 1988, que por sua vez foi o documento que deu o ponto de partida para a elaboração de outras políticas públicas direcionadas ao povo surdo, ou seja, alguns de seus artigos serviram de base para as demais leis que iremos discutir nessa pesquisa, como por exemplo, os Art.5º e Art. 205º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

Nesse sentido, os tópicos acima abordam os direitos fundamentais de todo cidadão, sem o menor preconceito e discriminação, o que mostra que a definição/implementação de políticas públicas deve ocorrer para garantir os direitos e funções de todos os segmentos da sociedade, indicando uma sociedade.

Partindo desse pressuposto, em particular na área da educação, autores como o estudioso da área, José Geraldo Bueno, aborda sobre a importância e a necessidade de ocorrer modificações em todo o sistema de ensino para atender a especificidade esta demanda: do povo surdo. Em suas palavras, o mesmo disserta que:

[...] a perspectiva de uma educação inclusiva exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino; que estas modificações sérias [...] demandam ousadia, por um lado e prudência por outro; que uma política pública efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua, sistemática, organizada e planejada, na perspectiva de oferecer às crianças deficientes educação de qualidade (Bueno, 2007, p.27).

Uma modificação em todo sistema de ensino para atender as especificidades do indivíduo surdo é uma das formas mais necessárias para o desenvolvimento pleno em razão de que [...] a educação a que se tem direito deve promover os valores universais”, e entre estes estariam, “[...] a igualdade entre as pessoas, o respeito à diversidade, à tolerância e a não discriminação” (Unesco, 2004, p. 9).

Além disso, outra política pública analisada nesta pesquisa é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 1996, que assegura ao educando com qualquer deficiência o acesso, a inclusão e a permanência de qualidade em todos os níveis de ensino, garantindo o seu desenvolvimento intelectual.

Uma das políticas públicas mais específica direcionada ao indivíduo surdo é a Lei Federal de número 10.436, aprovada em abril do ano de 2002 e o Decreto n.º 5.626 regulamentam a difusão e o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e da Língua Portuguesa para o acesso dos surdos à educação. Esta lei, trás também, no que consiste o termo LIBRAS e como é o seu sistema. Conforme em seu Art.1:

Art. 1. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Líbras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Líbras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002).

Vale frisar que a LIBRAS não pode substituir a Língua Portuguesa, mas sim como uma alternativa de segunda língua. Além disso, conforme o seu Art. 2.º da mesma lei: “Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil” (Brasil, 2002).

Colocamos também que o documento relata sobre como as instituições sociais (Igrejas, locais de trabalhos e/ou locais que atendem todos os tipos de espaços e serviços públicos) deveram atender deste público. De acordo com o Art. 3º: “As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor” (Brasil, 2002).

Diante do exposto, vemos a importância das políticas públicas que embasam os direitos da pessoa surda, particularmente a Lei n.º 10.436, onde é ressaltada a relevância do uso e a difusão das LIBRAS como uma característica de formação de uma identidade de grande valia na vida desses indivíduos. Assim, as comunidades surdas colocam como é marcante e relevante o uso de língua na formação da cultura.

A partir das análises de algumas políticas públicas que discorrem sobre os direitos da pessoa surda nas instâncias da sociedade, no próximo item articularemos a importância de o indivíduo surdo estar inserido em cultura e em comunidade surda para o seu desenvolvimento cognitivo, pessoal, de suas potencialidades e habilidades, dando origem a uma construção de identidade e reconhecimento da cultura surda.

## ESTUDOS CULTURAIS

Desde os primórdios da humanidade, a cultura é um fenômeno natural no homem, entendida como a mais alta manifestação do espírito humano, e sua característica é que é possível identificar determinados grupos culturais, tais como: grupos multiculturais, cultura capitalista, funcionamento. classe, cultura popular, erudita, juvenil, indígena, surda, entre outras.

Os estudos culturais correspondem a um conjunto de abordagens, questionando e refletindo nos mais diversos campos, analisando diferentes teorias, com o objetivo de desagregar o conhecimento já estabelecido e padronizado até o momento. referem-se, portanto, a um projeto de oposição política. e como todo projeto de oposição, este gera discussões e movimentos de engajamento. Isso significa que, de certa forma, não se pode compreender os estudos culturais sem relacioná-los com as lutas das minorias pela libertação. no Brasil, a prática dos estudos culturais no campo da educação tem abordado diferentes aspectos:

Entre nós, no Brasil, as contribuições mais importantes dos EC em educação parecem ser aquelas que têm possibilitado: a extensão das noções de educação, pedagogia e currículo para além dos muros da escola: a desnaturalização dos discursos de teorias e disciplinas instaladas no aparato escolar; a visibilidade de dispositivos disciplinares em ação na escola e fora dela; a ampliação e complexificação das discussões sobre identidade e diferença e sobre processos de subjetivação. Sobretudo, tais análises têm chamado a atenção para novos temas, problemas e questões que passam a

ser objeto de discussão no currículo e na pedagogia. (Costa, Silveira, Sommer, 2003, p. 56).

Segundo Sardar e Van Loon (1998) a dificuldade em encontrar um senso comum de estudos culturais é porque "não é qualquer coisa que pode ser considerada estudos culturais, ou que estudos culturais podem ser qualquer coisa".

Aos pontos que envolvem os estudos culturais, entre eles: seu propósito, que é comprovar a relação cultural existente entre poder e práticas culturais; desenvolver pesquisas que comprovem a complexidade dos contextos sociais e políticos; a repetição de suas funções, objeto de estudo e ao mesmo tempo lugar da ação política e da crítica; divulgar diferenças que incluem conhecimento, compreensão de quem sabe e quem é conhecido; e, por fim, destaca a relação entre os estudos culturais e a sociedade moderna, em especial analisando os aspectos políticos aos quais se deriva (Costa, Silveira, Sommer, 2003).

Para Costa, Silveira e Sommer (2003), os movimentos culturais surgiram no pós-guerra de determinados grupos sociais, que remontam ao século XX, cujo objetivo era desvendar movimentos intelectuais, resultando em mudanças dramáticas nas visões culturais. Em outras palavras, pretendia-se validar conhecimentos, conceitos, saberes, ferramentas, ferramentas do estudo do mundo, descartar pessoas que concordam com os fatos, e pessoas que agem de acordo com interesses econômicos e políticos.

No entanto, é importante considerar que o processo educativo ocorre em uma ampla variedade de cenários, não apenas no ambiente escolar, acontece em todos os momentos da vida de uma pessoa, como tópicos de informações e ideias relevantes e de fotos, filmes, textos, anúncios, desenhos animados e televisão.

Segundo Dorziat, Lima e Araújo (2007) é muito relevante que as concepções de estudos culturais e currículos sejam revisadas. estas devem ser retomadas, iniciando a contemplação das práticas para contemplar as práticas vivenciadas pelos alunos em ambientes sociais, no que diz respeito aos conhecimentos adquiridos nas áreas de educação e teoria, cujo objetivo principal é que os alunos possam fazer seus próprios projetos.

Como este estudo se concentra na área da surdez e nas ideias em torno dela, vale acrescentar que um dos resultados dos estudos culturais se refere aos estudos

sobre surdos. Isso emergiu dos canais formais dos surdos e entre os intelectuais influenciados pela teoria dos estudos culturais, pois enfatizam as questões culturais, os processos de negociação, as diferenças e a luta pelo poder e pelo conhecimento.

De acordo com Skliar (1998, p. 5) "A educação de surdos forma um sistema de pesquisa educacional, no qual a apropriação, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as sociedades e as culturas estão profundamente enraizadas e compreendidas em termos de diversidade e suas identidades políticas", e características linguísticas diferentes daquelas dos ouvintes.

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO E O SURDO AO ENSINO SUPERIOR**

Nossa pesquisa se concentra em uma abordagem de qualidade que oferece a oportunidade de buscar a compreensão da verdade consubstanciada em um design complexo e flexível, no qual diversas variáveis são incorporadas indivisíveis ou subdivididas, como, por exemplo, sociais, intelectuais, comportamentais. e outros.

O papel do pesquisador é atuar como um veículo inteligente e eficaz para a comunicação entre as informações coletadas e as novas informações, que podem surgir como resultado da pesquisa. Portanto, na perspectiva da qualidade, o pesquisador faz parte do processo de pesquisa, o que nos estabelece como campo de pesquisa. procura conexões, eliminando assim a possibilidade neutralidade.

A metodologia interativa como sendo um processo hermenêutico-dialético que facilita entender e interpretar a fala e depoimentos dos atores sociais em seu contexto e analisar definições em textos, livros e documentos, em direção a uma visão sistêmica da temática em estudo (Oliveira, 2010, p. 123).

Como método de análise, utilizamos a especulação teórica análise de conteúdo com o objetivo de traduzir expressões de conteúdo na lei e nos discursos das pessoas envolvidas no estudo. Franco (2007) destaca o crescente uso da análise de conteúdo como uma ferramenta de tradução no contexto da pesquisa educacional. O autor apresenta a mensagem como ponto de partida para a análise de conteúdo, dizendo que ela pode ser verbal, gestual, silenciosa, imagética ou documentário. Ele também esclarece que a mensagem transmite sentido e sentido, pois há uma relação direta

entre o status do remetente e a mensagem. Assim, afirma que “todos análise de conteúdo significa comparações de contexto” (Franco, 2007, p. 19-20).

Dessa forma, para estabelecer um diálogo entre fronteiras e pleno progresso no processo escolhido de acesso ao ensino superior para surdos, definimos como uma abordagem metódica, levantamento documental de políticas de inclusão educacional, a partir de conferências internacionais dentro de uma série de diretrizes educação e política. Tínhamos também um campo de investigação uma palestra para surdos graduados do ensino médio.

A ferramenta utilizada é um questionário, que possui uma estrutura de perguntas fechadas e abertas. Como o público-alvo são alunos do ensino médio, acreditamos ser adequado o uso da língua portuguesa, pois teremos um intérprete presente para traduzir as perguntas. O objetivo foi estudar as perspectivas dos alunos surdos em relação ao ensino superior e as dificuldades que podem tender a afastá-los do processo seletivo. Essa ferramenta foi adaptada para cada público individualmente, com a contribuição de profissionais intérpretes de língua de sinais que traduziram o questionário para alunos surdos e assim contribuíram para a compreensão das respostas. Respostas escritas de cada participante às questões abertas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Portanto, conclui-se que embora existam políticas públicas que abordem especificamente a inclusão de alunos surdos no sistema geral de ensino, sem dúvida existe uma enorme lacuna no processo inclusivo, pois a teoria ainda é inconsistente com a prática, em muitos casos.

Propõe também a continuidade da proposta, para que a inclusão de alunos surdos atinja um patamar muito melhor do que o apresentado até então.

Considerando esse conhecimento, acredita-se que a educação superior é essencial para a efetivação das políticas sociais, para a busca de fundamentação teórica e para a reorganização dos programas de ensino para os funcionários preocupados, pois o acesso à educação de qualidade não é apenas um privilégio,

mas um estado função. no entanto, apesar da política pública que garante isso por um tempo, as instituições de ensino geral e as universidades ainda estão em processo de ajustes e mudanças necessárias para garantir a efetividade de um processo inclusivo e de aprendizagem real em parte, visando, assim, capacitar esses alunos com qualidade para que possam se profissionalizar e serem inseridos no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BLEGER, José. **Temas de Psicologia: entrevistas e grupos**. Tradução: R. M. M. Moraes. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: MEC, 2005.

BUENO, I. G. S. **A Inclusão do aluno deficiente nas classes comuns do ensino regular**. Temas sobre o desenvolvimento. V. 9, nº. 54, p. 21-27. São Paulo: Memnmon, 2001.

BUENO, J. G. S. A produção discente do PEPG em Educação: história, política, sociedade (PUC/SP) no campo dos processos de escolarização, desigualdades sociais e deficiências. In: JESUS, D. M. et al. (Org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 199-209.

BUENO, José Geraldo. **Educação especial Brasileira: integração / segregação do aluno diferente**. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n.23, 36-60, 2003.

DORZIAT, Ana; LIMA, Niédja Maria Ferreira; ARAÚJO, Joelma Remígio de. **A inclusão de surdos na perspectiva dos estudos culturais**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT15-1817--int.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 1978.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das Políticas de Governo à Política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, 2011. Disponível em: <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf> >. Acesso em: 06 maio de 2023.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes 2010.

PERLIN, G. T. T. Identidade Surdas. In Skliar, C. (Org). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Editora Mediação, 7a edição, Porto Alegre, p. 51-73, 2015.

QUADROS, Ronice Muller. **Educação de surdos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**: researches into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom. (Cultura Primitiva), 1874.

UNESCO: **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educactivas Especiais**, Salamanca: 1994.

*Recebido em 23/05/2023*

*Versão corrigida recebida em 12/07/2023*

*Aceito em 20/11/2023*

*Publicado online em 30/08/2024*

-